

O MUNDO DO TRABALHO LEMBRADO E REVIVIDO POR EX-MORADORES DA “CIDADE FLUTUANTE” DE MANAUS¹

Leno Barata Souza
Doutor em História Social - PUC/SP

RESUMO: O artigo busca discutir, sobretudo por intermédio de narrativas orais, aspectos do mundo do trabalho na “cidade flutuante” de Manaus que entre 1920 e 1967 foi se formando sobre as vias aquáticas da cidade, sendo uma poderosa expressão cultural animada por modos de vida próprios dos quais pinço algumas disputas sociais. Estas disputas politizaram as margens fluviais tornando-as um lugar de memórias diversas como as de alguns dos nossos entrevistados, trabalhadores e moradores da “cidade flutuante” de cujas lembranças recupero algumas sociabilidades do mundo trabalho. Muitas destas relações sociais desapareceram diante das exigências da Zona Franca Industrial inaugurada em 1967, permanecendo, no entanto, com muita força na memória dos entrevistados que se voltam a elas para reconstruir o passado, opinar sobre o presente e projetar o futuro de sua cidade.

PALAVRAS-CHAVE: mundo do trabalho, cidade flutuante, Manaus.

ABSTRACT: The article searches to argue, over all for intermediary of verbal narratives, aspects of the world of the work in the “floating city” of Manaus that enters 1920 and 1967 were if forming on the aquatic ways of the city, being a powerful cultural expression livened up by proper ways of life of which I clip some social disputes. These disputes had politicized the fluvial edges becoming them a place of diverse memories as of some of interviewed, diligent and living ours of the “floating city” whose souvenirs I recoup some sociabilities of the world work. Many of these social relations had disappeared ahead of the requirements of the inaugurated Industrial Free Zone in 1967, remaining, however, with much force in the memory of the interviewed ones that they turn them selves stop reconstructing the past, thinking on the present and projecting the future of its city.

KEY-WORDS: world of work, floating city, Manaus.

¹ Este artigo é parte das reflexões da tese de doutorado “Cidade Flutuante”: uma Manaus sobre as águas (1920-1967), recém defendida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com apoio de Bolsa CNPq.

A grave crise econômica da borracha amazonense, ao final da Primeira Guerra, também provocou uma grande reorganização social na cidade de Manaus, sendo uma das conseqüências mais significativas o massivo fluxo para cidade de muitos ribeirinhos interioranos, entre estes alguns dos nossos depoentes orais que, de um total de 14 entrevistados, 09 eram oriundos das beiradas ribeirinhas amazônicas².

Aportando na principal cidade do Estado, estes sujeitos sociais traziam não apenas suas necessidades e esperanças, mas ainda muito das suas relações culturais com as águas, modos de vidas próprios do lugar utilizados para sobreviver em uma cidade cuja crise econômica atravessava os mais variados setores, como os de habitação e trabalho.

Frente a uma parca informação impressa, a maioria destas experiências sociais se tornou alcançável apenas por intermédio das fontes orais que, como metodologia de investigação social, foi nos parecendo bastante promissora ao avançarmos numa pesquisa que busca compreender melhor modos de viver e de significar os espaços urbanos por parte de moradores e trabalhadores de uma Manaus em mudança.

Não procuramos as narrativas pessoais apenas como complementos de informações levantadas em uma documentação impressa e muito menos, devido à contemporaneidade de nosso tema, como uma obrigatoriedade antropológica. Entrevistar pessoas representou para a pesquisa um rico diálogo sobre questões do viver urbano, uma troca de experiências e pontos de vista que permitiu questionar postulados consolidados e memórias hegemônicas.

Enquanto ferramenta de pesquisa a história oral ainda parece caminhar em um limiar de crença devotada pelos seus praticantes ou de total ceticismo por parte de seus detratores que insistem em sua fragilidade enquanto método de pesquisa, haja vista ser assentada na subjetividade e fugacidade da memória dos entrevistados, um álibi dos críticos que a cada ano se torna menos plausível.

Um dos principais responsáveis por esta desconstrução são as idéias e estudos do professor Alessandro Portelli, reiterando em seus textos ser justamente a subjetividade a força motriz que impulsiona a história oral, cujas fontes, segundo o autor: "... são pessoas, não documentos" (PORTELLI, 1996: 60), destacando a história oral como "... uma ciência e arte do indivíduo" (PORTELLI, 1997: 15).

Acredito que as memórias das pessoas com quem conversei, pouco conhecidas fora do âmbito das suas famílias, possam oferecer um contraponto à memória hegemônica tanto

² As entrevistas foram realizadas entre 2005 e 2009, sendo utilizada aqui apenas uma pequena parte destas fontes.

sobre a “cidade flutuante” sustentada por uma história de rápidos capítulos, como da Manaus como um todo, cidade que, segundo uma memória oficial, após o fim da sua *belle époque* gomífera entraria em uma paralisante estagnação, sendo redimida desta apenas com a criação da Zona Franca Industrial em 1967.

Entre o fim da Primeira Guerra e meados da década de 50, as casas flutuantes manauenses, enquanto territórios sociais de moradias e trabalhos, apenas tocavam timidamente o complexo fluvial de Manaus onde se destaca o Rio Negro na parte sul e os igarapés, os quais a partir do rio penetram Manaus adentro.

Posteriormente, o adensamento das casas flutuantes e seus moradores empurraram a fronteira sul da cidade sobre as águas do rio Negro e igarapés, transformando os dispersos flutuantes de antes num fenômeno urbano e social dos anos de 1960. Dentro desta conjuntura, a própria construção do termo “cidade flutuante” representou o índice histórico mais significativo desta transformação.

Neste período, entre o final da década de 1950 e início da de 1960, a “cidade flutuante” de Manaus começou também a ser reclamada como um território estratégico para os mais variados serviços criados e recriados a luz das demandas e das disputas sociais entre os moradores/trabalhadores de ambos os lados da margem.

Signos e significados do Mundo do Trabalho: “*não! nós trabalhava, todo mundo trabalhava*”

Foi o que subitamente me disse Vivaldo Correa quando perguntei, ao longo de 4 entrevistas, o que a família fazia para sobreviver á época em que eram moradores na “cidade flutuante”. Vivaldo me olhou com um ar de espanto, como se a pergunta botasse em cheque sua idoneidade social, na qual o trabalho sempre foi um dos principais pilares.

Vivaldo, tal como outros entrevistados, procurava de imediato se desvincular de um conceito comum, cuja poderosa memória hegemônica acabou por produzir uma espécie de “mito político” em que o caráter do caboclo amazônico foi formado sob a luz da preguiça e do total descomprometimento com a moral do trabalho burguês³.

Assim, uma das principais preocupações para os nossos narradores foi demonstrar para a sociedade, da qual o entrevistador também era um representante, que sempre foram trabalhadores atuantes no mercado de trabalho local, profissionais zelosos em seus

³ Uma amostra destes discursos pode ser encontrada nos mais variados estudos e análises como as “*catorze horas de sono [...] dormindo preguiçosamente*” do caboclo defendido por Moacyr Silva (SILVA, 1943: 84) e na “*nota dominante*” de José Veríssimo em que se destaca a “... *completa e absoluta falta de energia e de ação...*” do caboclo (VERÍSSIMO, 1943: 130).

afazeres e serviços que lhes rendiam alguns bens materiais e o suado sustento da família, mas, sobretudo permitiam serem bem visto e respeitados por familiares, vizinhos e amigos.

Se para as mulheres que entrevistei os momentos de suas vidas eram marcados especialmente pelo nascimento e vida dos filhos ⁴, para os homens com quem conversei, além da questão moral, o trabalho e o serviço representavam ainda marcos e marcas culturais que ao recontarem suas vidas nunca eram esquecidos, pelo contrário, eram precisamente recuperados.

Sebastião Garcia lembrou precisamente do dia em que começou a ser feirante em Manaus, 15 de junho de 1953. Vivaldo Correa recuperou toda a seqüência dos anos que terminaram com ele entrando para a Polícia Militar do Estado, pela qual é aposentado, “55 eu fui pro Exército no dia 16 de julho 56 eu dei baixa, 57 entrei na Polícia, 17 de janeiro de 57”, concluiu Vivaldo.

Perguntado se sempre fora comerciante, JM me disse: “Comecei a trabalhar aqui [Mercado Público] com frutas e verduras em 1948, dia 12 de outubro” ⁵. Renato Chamma não lembrou quando começou a ser comerciante, mas o seu primeiro endereço comercial, de 60 anos antes ele nunca esqueceu: “Na rua dos Bares, 112”, Centro de Manaus.

Uma das poucas coisas que Anísio Pedro lembrou, sem dificuldade alguma, foram os cinco anos como foguista na Usina de Luz da capital, os seis trabalhando nos caminhões da fábrica de cerveja e gelo Miranda Correia e o restante de sua vida como marítimo, algo que para ele sempre fora mais que uma profissão representando, primeiro um sonho de infância nos seringais do rio Ituxi e, em seguida, um destino que lhe trouxe a Manaus.

Junto com o regime das águas outro ponto alto na narrativa de Sebastião Garcia é sua profissão de feirante exercida em Manaus desde 1953, portanto há “56 anos no ramo! [...] nunca trabalhei um dia a num ser nesse serviço” que lhe rendeu sua primeira casa, “o flutuante” no igarapé da Cachoeirinha, as casas em terra nos bairros do Educandos, Betanha e Colônia Oliveira Machado; um terreno no interior e também o sustento da casa, enfatizando ainda: “criei a minha família toda através desse ramo”, que lhe deu ainda uma nova “identidade”: “Sabá”, como é conhecido entre seus colegas feirantes.

Apesar de sempre me prontificar a ir a casa destes trabalhadores para fazer as entrevistas, exceto Vivaldo e Anísio, ambos aposentados, Sebastião, JM e Renato fizeram

⁴ Francisca Malta para lembrar quanto tempo permaneceu na “cidade flutuante” fez a seguinte relação: “... pera lá, já tinha a Socorro e o Carlo, a Socorro é de 58 eu tive ela, o Carlo é de 61 [...] 68 eu já tinha a Rosa...”, concluindo que morou ali até por volta de 1965. Creuza de Andrade, por sua vez, nunca lembrou que a “cidade flutuante” foi destruída em 1967, mas sim que foi no tempo em que sua filha mais velha, Ângela, tinha dois anos e a recém nascida, Marcilene “... que é aquela de colo e lá foi quando saiu a cidade flutuante...”.

⁵ JM permitiu apenas a divulgação das iniciais de seu nome.

questão de me receber em seus locais de trabalho. Sebastião em sua barraca de pimentas na Feira do Produtor, JM em sua barraca no Mercado Público e Renato na sua casa comercial, todos no Centro de Manaus as margens do rio Negro, antigo território da “cidade flutuante”, talvez porque ali, como em nenhum outro lugar, as suas histórias ganhem força, referências, sentidos, cores e cheiros que personificam as memórias narradas.

Dos tempos de juteiro e roceiro nas terras baixas do Manaquiri, Sebastião nunca guardou muitas saudades narrando que “... *nos interior é dureza, não tem serviço maneiro pra ninguém não...*”, coisa pra homem, sempre deu a entender suas palavras e seus gestos que revivem as dificuldades dos serviços, o corpo mergulhado no jutal para “afogar” (amolecer) a juta; fazer “caera” de carvão e trazê-lo para ser vendido na beira do centro em Manaus; tratar peixe, torrar café, roçado, “*peguei ferrada de arraia aqui pelas pernas, formiga Mossoró, diabo a quatro num é moleza não*” me advertiu Sebastião.

Se não bastasse a dureza dos serviços no interior, ainda tinha a costumeira ferocidade dos patrões e as dívidas em seus barracões (armazéns), em torno do qual giravam os negócios comerciais do tradicional sistema econômico de aviamento, do qual a família de Sebastião Garcia nunca conseguia sair do fiado.

Estas duras experiências, no entanto, acabaram por moldar o orgulhoso feirante da Manaus de hoje que, há mais de meio século no ofício, conhece como poucos as feiras pelas ribeiras manauenses, “*toda a vida eu trabalhei na beira [...] desde as canoa, [Mercado da] Cachoeirinha, Mercado Central, Panair, Ceasa*” até a atual Feira do Produtor.

Perguntado como era a Manaus que conheceu há quase 60 anos, Sebastião não se afastou um centímetro ao menos da beira, me dizendo que “*essa frente aqui não mudou nada [...] da beira pra lá, do mesmo jeito, essa rua aí [Barão de São Domingos] do mesmo jeito [...] dessa beirada aqui eu conto*”.

A cidade de Sebastião, todavia, não é estática, seus movimentos e mudanças ocorreram na proporção dos serviços nas feiras em que trabalhou, “*agora já existiu muitas feiras aqui né, em todo canto aí*”. Da beirada me contou que onde hoje é a chamada Feira da Banana no Centro, “*tudo era igapó na época que eu cheguei aqui, comecei a trabalhar, isso aqui eu andei muito a remo, do Mercado da Cachoeirinha para o Mercado Grande*”.

São para as experiências dos trabalhos na feira que Sebastião se volta para ressignificar os espaços urbanos, tornando-os também um lugar de memória impregnado com outros marcos, raramente contemplados, como a feira, os mercados, a canoa e as beiras. No livro “Outras Histórias”, os autores defendem as memórias não resumidas apenas às lembranças das pessoas, compreendendo ainda outras “*marcas*” historicamente

perceptíveis nas “... ruas, avenidas, monumentos, equipamentos, ou nos seus espaços de convivências e no que resta de planos e políticas oficiais...” (MACIEL, *et al.*, 2006: 15).

O Mercado Central e as feiras que foram se formando em seu entorno sempre foram uma das grandes fontes de serviços para a “cidade flutuante”. Conversando com João Bosco Chamma, ele afirmou que “o Mercado Central sempre empregou muita gente” que morava ali nas redondezas, próximas ao rio Negro em palafitas, embarcações e em flutuantes, “esses, vendedores, carregadores, atravessadores, catraieiros e outros que eu não me lembro” valeram-se das estratégicas águas da frente da cidade e da vizinhança com o principal centro de abastecimento de Manaus, para estender negócios e serviços para a praia do Mercado.

O monopólio do Mercado Público, firmado ainda em fins do XIX, foi sendo paulatinamente quebrado nos anos da grave crise nas exportações de borracha. Depois de 1914 foram instaladas as primeiras Feiras Municipais nos bairros de São Raimundo e depois na Cachoeirinha (DIAS, 1999: 77) e, com o passar dos anos, outros espaços de comércio surgiram nas ribeiras de Manaus, uns dentro do programa de descentralização das vendas patrocinadas pelos Governos, outros como conseqüência das demandas de consumos e serviços exigidos por uma população em aumento e em transformação e que contradizia a “cidade normatizada” das posturas municipais.

Renato Chamma viveu sua infância e juventude nas décadas de 30, 40 e 50 jogando futebol e nadando nas águas do rio Negro no Centro. Sua narrativa ilumina uma frente de Manaus bem antes da massiva proliferação de casas e comércios flutuantes, quando a paisagem social do rio era animada, sobretudo pelos negócios na praia do Mercado.

Então, à luz das narrativas de Renato Chamma, pinço uma Manaus “porto de lenha” de sua infância; “de lenha” não apenas em virtude dos improvisados ancoradouros de madeira que os ribeirinhos iam fazendo nas margens do rio, mas porque as lenhas eram produtos oferecidos por lenheiros e carvoeiros que iam trabalhar na feira.

Eu nasci [em 1930], eu morei na rua Barão de São Domingos nº47, não existia a cidade flutuante só lanchas que vinham do interior e ficavam no barranco. Quando secava tinha praia então os ribeirinhos traziam mercadoria pra vender: frutas, legumes, tudo, melancia, tudo que era de fruta, ovos, tudo [...] vinham nuns reboques, umas lanchas: “Cauré”, “Rutinha”, “Cidade de Manaus”, “Itui”, [nome das embarcações] paravam tudo aí na [frente de Manaus], tenho fotografia aí da beira quando era porto de lenha, tinha dois vendedores de lenha aí: seu Rodrigues e o Lampião, quando tinha fogueira, a gente fazia, a gente tirava as lenhas dele e fazia fogueira, eles tinham que ficar de vigia.

Rodrigues e Lampião eram dois destes lenheiros que moravam na beira do rio Negro, tirando seu sustento da venda das “*rachas*” de lenha. As muitas lanchas lembradas por Renato são as que faziam o reboque das canoas dos ribeirinhos até Manaus e, após o fim da feira, voltavam para os interiores, sobretudo nas ilhas do Careiro e Manaquiri, em cujas férteis várzeas eram cultivados os comestíveis que abasteciam Manaus.

Foi ainda em meio a uma das brincadeiras de Renato Chamma que cheguei ao flutuante comercial de Paulo Aprígio, com cujos filhos Renato brincava de futebol na praia e manja (pegador) no rio, quando nadavam até o flutuante, “... *era o único flutuante que existia...*” nas águas da frente de Manaus, comercializando produtos da floresta que alguns ribeirinhos iam até ali oferecer, assegurou Renato.

O entrevistado JM, feirante do Mercado Público, lembrou que na rua Marquês de Santa Cruz, esquina com o rio Negro entre o Mercado Central “*até em frente à Capitania dos Portos tinha uma feirazinha*” ali, segundo JM, também foi se tornando um espaço de moradia erguido pelos vendedores e outros trabalhadores do local.

Próximo ao flutuante de João Aprígio, na boca do igarapé Educandos, encontrei na imprensa de Manaus, a “... *tasca fluctuante de Francisco Rufa...*”, denunciada pelos vizinhos em um jornal devido às desordens: carteado, bebida e palavrões, os quais, segundo a imprensa, “... *fazem corar a moral*”⁶.

Ainda perguntei para Renato Chamma se ele não lembrava de outro flutuante nas águas do rio Negro, Centro de Manaus: “... *só tinha esse do Paulo Aprígio, era o único flutuante que existia...*”, reafirmou. Ainda assim, nos jornais da época encontrei outros flutuantes, enquanto locais de trabalhos, pelo litoral manauense. Em 1929, uma reportagem sobre a vida nos bairros esteve em São Raimundo, na margem do igarapé homônimo, destacando ali “... *os poucos estabelecimentos, na maioria mercearias. Há também alguns botequins...*”. O que mais impressionou os articulistas do jornal, no entanto, foi o “*Interessante (...) pasto fluctuante, amarrado a margem do igarapé. Ali, as onze horas, grande numero de pessoas vae almoçar, custando cada refeição oitocentos e mil réis*”⁷.

No litoral e nos igarapés dos bairros, tal como ocorria em terra, construções avessas as Leis até poderiam ser proibidas ou quando muito toleradas, mas as fiscalizações não iam além do Centro, frente da cidade que, apesar das dificuldades, ainda eram os espaços urbanos mais vigiados pelas autoridades, ainda assim sem grande eficácia, como mostrou o

⁶ *Jornal do Comércio*. Manaus, “*Queixas do Povo*”, de 29 de Setembro de 1919.

⁷ *Jornal do Comércio*. Manaus, “*São Raymundo – Aspectos Interessantes da Vida do Populoso Bairro*”, de 15 de Junho de 1929. Grifo meu.

flutuante comércio de Paulo Aprígio lembrado por Renato Chamma e a “*feirazinha*”, vizinha a Capitania dos Portos, onde as pessoas moravam e trabalhavam, segundo JM.

Na boca que o rio Negro faz com o igarapé de Manaus foi se formando também outro ancoradouro de serviços e negócios chamado “Ponte ou Passagem do Cabral”. Para este local afluíam carvoeiros do interior e vendedores ambulantes de carvão da capital que iam até aquela beira atrás de carvão e lenha para serem revendidos nas ruas do Centro.

O entrevistado Vivaldo Correa lembrou as muitas embarcações que vinham ao costado das lanchas formando um longo cordão de canoas “*amarradas uma na outra que se chama reboque*”, explicou; todas repletas dos mais variados produtos do interior. Vinha, enumerou Vivaldo: “*de tudo, vinha porco, galinha, vinha o mamão, vinha manga, vinha goiaba, vinha o peixe*”, “bichos de casco” (tartarugas), farinha, pimentas, cascas e folhas.

Quando chegavam a Manaus, contou Vivaldo, “*desatracava da polpa do motor*” e “*cada um tomava o seu rumo*”. Os lavradores iam para a feira na praia do Mercado Central, já os produtores de carvão e lenha, como a família do entrevistado, rumavam para a “Ponte do Cabral”, “*nós ficávamos ali*”, recordou Vivaldo Correa, “*ali que era o ponto de venda do produto do pessoal do interior, que vinha do interior, principalmente o carvão era ali*”.

Na ponte do Cabral esperavam os vendedores que compravam o carvão direto no batelão do pai de Vivaldo pagando “*no apuro*”, ou seja, explicou Vivaldo, pegavam o carvão, “*botava na costa 4, 5 saco*” e saíam vendendo para apurar o valor combinado. Em seguida, os carvoeiros retornavam ao “Cabral” para pagar o carvão tomado em confiança junto aos lavradores do interior, por isso o pai de Vivaldo, precavido como sempre foi, “*já tinha aqueles fregueses que vendia na rua e assim levava a vida*”.

Uns levavam a vida ali mesmo nas embarcações transformadas em moradias e locais de serviços ancoradas na Ponte do Cabral, como o velho carvoeiro José Pereira de 68 anos que, como informou a imprensa de 1946, “*... mora em sua própria canoa...*” e, depois de subir na cidade para tratar da venda do carvão, deixou estacionada sua “*residência*”. Na cidade, aproveitou para ir até a delegacia denunciar a “*... a terrível perseguição, por parte de um grupo de moleques...*” que vem sofrendo, as autoridades prometeram a João Pereira tomar providências sobre o caso ⁸.

Sebastião Garcia, também vinha do Manaquiri vender carvão em Manaus, mas, diferente do pai de Vivaldo, ele contou que preferia a praia do Mercado, “*aqui donde é à beira dessa feira*” e fazia isto desde seus treze anos (1951). Ele trazia a remo, apinhada de

⁸ O Jornal. Manaus, “*Um Pobre Velho Carvoeiro Perseguido Pelo Molecório*”, de 19 de Janeiro de 1946.

carvão, sua canoa da ilha do Manaquiri; para Sebastião, trabalhar em feira nunca foi novidade e enchente nunca foi dificuldade, dava-se um jeito! Com o rio cheio trabalhava-se na canoa, lembrando que prendia a embarcação nas grades do paredão do Mercado, de frente para o rio, *“trabalhava na canoa, o pessoal vinha comprá da gente na canoa”*.

Rio seco? Melhor ainda, afirmou Sebastião, os canoeiros iam chegando para a praia, *“... fazia aquelas barraca na beira (...) fincava aqueles pau, cobria com papelão velho”*, ou improvisava-se uma barraca na canoa mesmo ou construía-se ainda um flutuante. De uma forma ou de outra, os serviços não ficavam mais a mercê do regime das águas; carvão, lenha, frutas, verduras, especiarias e bichos da floresta poderiam ser encontrados o ano todo na feira, bastava disposição para acordar bem cedo e ir até a beira do rio negociar.

Um antigo costume de se morar e trabalhar em embarcações, frente a uma cidade que a grave crise econômica atingiu seu setor de habitação e serviços, começou também a ser experimentado no litoral de Manaus levando alguns moradores a transformar embarcações em locais de moradia e lugares de trabalhos, opção vantajosa para ribeirinhos que vinham morar e trabalhar na capital ou mesmo para outros já residentes na cidade.

Atravessadores, carregadores, vendedores e “mingauseiros”: todos de olho no rio

Às crescentes atividades comerciais na frente da cidade começaram a oferecer novas oportunidades de serviços, chamando a atenção de Vivaldo Correa que deixou a padaria Modelo, onde trabalhou por quase três anos, para trabalhar com José Maria dono de um bom comércio na Rua Barão de São Domingos, fronteira com o rio Negro em cujas águas desde 1949/50 Vivaldo Correa e a mãe moravam em um flutuante.

Ali, Vivaldo e mais outros *“três rapazinhos”*, além das atividades no armazém ficavam ainda de olho no rio a espera dos fregueses do seu patrão, mas suas atividades não paravam por aí. Eles eram também os carregadores das mercadorias que José Maria comprava dos caboclos interioranos e dos regatões que vinham negociar seus produtos na praia do Mercado, especialmente os cobiçados produtos extrativistas de exportação como: castanha, copaíba, borracha, balata, sernambi, juta, couros e essência de pau rosa.

Vivaldo podia ser jovem, mas conhecia muito bem aquela área do litoral e os próprios caminhos da “cidade flutuante” que começavam a se abrir, além do que, outra grande vantagem em relação à Padaria Modelo era morar a poucos passos do seu local de trabalho e, como observamos em outras falas, morar nas adjacências de serviços comumente ligados ao rio sempre foi uma das grandes vantagens para os moradores de flutuantes e um

dos motivos da expansão destas moradias, culminando, entre a dedada de 50 e 60 na formação da “cidade flutuante”.

Outro acontecimento em Manaus foi à grande enchente de 1953 que, segundo a imprensa da época, atingiu “... *seriamente toda a economia da planície...*”⁹. Vivaldo Correa, em tons parecidos, recuperou a grande cheia como “*uma calamidade (...) matou muitas plantações no interior...*”; tragédia tamanha que para Vivaldo se reflete ainda hoje nas difíceis condições econômicas dos interiores amazônicos os quais, segundo ele, “*desde lá [enchente de 1953] num endireitou mais não*”.

Observamos, no entanto, que a “*calamidade*” anunciada por Vivaldo se prende mais ao interior do Estado, rio acima onde a alagação chegou primeiro, como nas várzeas de Manaquiri onde a subida incomum das águas destruiu, por exemplo, o jutal e o roçado da família de Sebastião Garcia que, junto com tantos outros interioranos, foram “*passar a enchente*” em Manaus.

Se as águas de 1953 estavam invadindo também Manaus, quando perguntei para Vivaldo Correa sobre as conseqüências da enchente para o comércio na cidade, ele, no entanto, disse que “*atrapalhou um pouco*”, mas nada que as experiências com o regime das águas dos moradores e trabalhadores não pudessem contornar.

Nos dias da enchente Vivaldo Correa conseguiu ainda algum dinheiro com os eventuais carregamentos para o armazém de José Maria, mas o sustento da casa foi mesmo mantido pelo beneficiamento das castanhas que sua mãe descascava na fábrica I. B. Sabbá e ainda das lavagens de roupas, serviços que como contou Vivaldo, “*num parava, quando num tava numa, tava noutra né*”.

Clientela para as lavagens de roupas nunca faltaram para a mãe de Vivaldo e agora, morando em um flutuante no Centro, ela estava muito mais próxima de seus costumeiros fregueses, os comerciantes “*turcos portugueses ali próximos ao Mercado que eram os fregueses dela*”, lembrou Vivaldo, dizendo ainda que estes serviços eram exclusivos das mulheres e crianças: “*é naquele tempo era mais o que podia fazer a opção era pouca, a opção era essa, não tinha opção: lavar roupa ou quebrá a castanha*”.

Ao tempo dos flutuantes Vivaldo já era quase um homem, os serviços na fábrica de castanha, diferente da sua mãe e irmã que continuavam sazonalmente indo trabalhar ali, foram deixando de ser uma opção, por isso a Padaria Modelo e em seguida os serviços de

⁹ A Crítica. Manaus, “*Fase Dramática Na História Da Amazônia*”, de 16 de Maio de 1953.

carregador no comércio de José Maria. Mas o que fazer agora depois da Grande Enchente de 1953, com quase 19 anos de idade?

As experiências e as pessoas que Vivaldo conheceu quando trabalhou para o “seu Zé” começaram a lhe abrir novas portas. Um comerciante da área propôs a Vivaldo: “*pô Vivaldo, tu num quer ganha uma nota? Vai, vai fazer a travessia dos comerciantes, dos produtos que chegam do interior, tu bota o melhor preço, se ele aceitar, você me avisa aqui que eu mando buscar, ta entendendo?*”.

Vivaldo não apenas entendeu como percebeu a boa oportunidade de permanecer trabalhando no comércio na frente de Manaus que agora não apenas ia voltando à normalidade em terra, como outros flancos comerciais começavam a se expandir rio adentro na forma de casas flutuantes, ambos os territórios Vivaldo, na condição de morador e trabalhador, conhecia muito bem.

Mas o que era “*fazer a travessia*”? O novo patrão de Vivaldo acima já nos ofereceu algumas pistas; era, grosso modo, um elo entre os produtos oferecidos pelos caboclos do interior e as necessidades dos comerciantes em Manaus. Vivaldo foi trabalhar como um destes intermediários, fazendo a ligação entre as partes, mas não só isso, ele tinha também participação ativa nas negociações, “*tu bota o melhor preço*”, que deveria ser um valor médio que satisfizesse tanto os patrões quanto os ribeirinhos e que pudesse garantir ainda a Vivaldo uma boa comissão, cujo valor era uma porcentagem sobre o preço final.

Para isto, era preciso estar atento ao rio, saber os horários costumeiros em que os reboques chegavam, seus ancoradouros que podiam ir do porto de catraias na Rua dos Andradas aos flutuantes na frente da cidade e ao paredão do Mercado Central; conhecer de antemão alguns ribeirinhos e regatões, saber os produtos que habitualmente vinham oferecer na capital e as preferências dos comerciantes eram atributos também indispensáveis do novo serviço de Vivaldo.

Só então se iniciavam as conversas, a avaliação das mercadorias e as propostas; ouvir os argumentos do produtor e negociar um valor conciliatório. “*Então ganhava quem botasse o melhor preço*”, narrou Vivaldo, detalhando ainda as conversas com os ribeirinhos: “*olha quanto é que tá a juta? Eu pago tanto*”, caso o produtor não tivesse acordos de antemão e se a proposta fosse boa fechava-se logo o negócio.

Vivaldo voltava até o comerciante interessado para anunciar as mercadorias obtidas: “*olha já tem juta, tem uma balata, tinha uma borracha, tinha um Sernambi, tinha o látex, tinha o pirarucu (...) pele de pirarucu, pele de jacaré, de capivara, de veado, tudo vinha; o negócio era grande!*” me afiançou Vivaldo.

Em seguida o comerciante arranjava ali uns carregadores ou alguns dos muitos “moleques” que perambulavam pelas beiradas de Manaus em suas farras juvenis e/ou a procura de serviços ocasionais, com os quais ajudavam suas famílias. Eram eles que transportavam as mercadorias das embarcações dos ribeirinhos para os armazéns do patrão que aferia novamente os pesos e medidas dos produtos, dava algum trocado ou agrado para os carregadores e a comissão de Vivaldo.

Ele voltava logo para beira a serviço de outro patrão, indo atrás de outros ribeirinhos. Neste tipo de serviço trabalhava-se para muitos comerciantes que encomendavam, junto aos atravessadores, os mais diferentes produtos, a concorrência para com as valiosas especiarias da floresta só fazia aumentar. Por isso as negociações tinham que ser fechadas o quando antes, permitindo a Vivaldo *“ir atrás de outro e assim era aquela jogada, eu deixava aquilo lá e ia atrás de outro e era todo tempo fazendo aquela praça ali”*. A boa lábia e a conversa fácil, mas firme, ajudavam a acelerar os acordos.

Quando conversava com Vivaldo Correa lembrei das tradicionais proibições oficiais ao comércio de travessia. Não discuti méritos jurídicos das Posturas Municipais de 1938, tentei ser cuidadoso em uma pergunta que sabia ser nervosa. Todavia, creio que não consegui, Vivaldo franziu a testa, arregalou os olhos, me olhou como se eu tivesse posto em cheque a idoneidade de seus serviços se limitando a dizer: *“Não! Era liberado mesmo, não tinha negócio de proibi, não tinha”*, mudando rapidamente de assunto; estávamos em nossa primeira conversa, tomei uma liberdade que só teria duas entrevistas depois quando a confiança amadureceu e Vivaldo se sentiu a vontade para me contar do *“contrabando”* que também fazia de cebolas, arroz e uísques dos peruanos para algumas casas comerciais.

Além disso, não estou seguro se Vivaldo sabia das Leis de 1938 sob a qual ele e os outros moradores estavam submetidos. Talvez elas nem fossem conhecidas ou reconhecidas pela maior parte dos moradores que experimentavam uma cidade na qual precisavam sobreviver e, por isso, contornavam ou mesmo burlavam as regras oficiais que dificultavam o cotidiano de suas sobrevivências. Assim, choques e disputas seriam inevitáveis, pese-se ainda que Vivaldo me contava sobre o seu ganha pão, seu meio de vida, obtido, como ele procurava defender, pelas práticas honestas de seus serviços.

A mesma enchente de 1953, trouxe definitivamente Sebastião Garcia para Manaus; ele com a esposa Neuza e um filho recém-nascido foram morar em um flutuante no igarapé de Manaus. Sebastião continuava indo a feira na praia do Mercado Central, agora não mais para vender carvão e sim para comprar as verduras e pimentas trazidas pelos interioranos

que todas as madrugadas vinham no reboque para oferecer seus produtos na beira de Manaus: *“saltava todo mundo ali”* contou Sebastião.

As obrigações de feirante na Cachoeirinha, mesmo não tendo as *“durezas”* e ferocidades dos serviços nas várzeas do Manaquiri, dos quais nos contou Sebastião, não deixavam de ter também os seus esforços e sacrifícios, mas também suas recompensas, a principal, segundo percebi na fala de Sebastião era que, agora como feirante em Manaus, *“depois de Deus!”* ele era o seu próprio patrão.

Depois da canoa abastecida, *“aí voltava, aí levava lá pro flutuante”*, que não era apenas a residência de Sebastião e Neuza, mas também local dos serviços de preparação das hortaliças, *“lá [no flutuante] a gente ia gelava e encaixotava tudinho, levava lá pro Mercado”* da Cachoeirinha, não propriamente para dentro do Mercado, mas a semelhança do que ocorria nas vizinhanças do Mercado Central, próximo as ribeiras do Mercado do bairro, uma profusão de bancas e barracas também estavam tomando conta das margens do igarapé.

Uma destas bancas era de Sebastião onde às três horas da madrugada ele já estava a postos a espera dos fregueses de suas pimentas, pimentões, folhas, couves, repolhos, cheiro verde e cebolinhas; mais um dia, *“dos 56 anos no ramo!”* de feira, na vida de Sebastião ia começar.

Neste contexto da grande enchente de 1953, montar um flutuante de comércio era uma solução das mais pertinentes. Foi no que apostou Dionísio Cortezão, tio da entrevistada Edneia Cortezão, que construiu um restaurante flutuante no também movimentado Porto de Catraias do igarapé dos Educandos, onde ele, como contou Edneia, *“fritava peixe com arroz”*, vendendo *“pros viajantes que vinham”* passando no costado do bairro indo em direção aos flutuantes do Centro ou aos ancoradouros da *Harbour*; outra clientela certa no flutuante de Dionísio eram os catraieiros que iam e vinham entre o porto do bairro e o Porto das Catraias na Rua dos Andradas no Centro da cidade.

Os efeitos da alagação perdurariam nos anos seguintes, as águas do rio permaneceriam altas até quase o início do ano de 1954 quando timidamente começaram a recuar, porém insuficiente para manter o entrevistado Mário dos Santos e a mãe na ilha do Manaquiri, que continuava quase completamente alagada pelas águas de 1953.

Em Manaus, o flutuante no igarapé dos Educandos foi o seu terceiro endereço. Mário, com pouco mais de 12 anos de idade, trabalhava também para ajudar a mãe que se desdobrava nos afazeres da casa e na venda de cafés nas canoas. Ele primeiro trabalhou como *“ajudante de mecânico”* na oficina flutuante do peruano Fauster, que ficava na boca do

igarapé dos Educandos, concorrendo com outras em terra e sobre as águas pelos serviços de concerto e manutenção das embarcações, *“fundição pra tudo, tudo o trabalho mecânico era lá nos flutuantes”*.

Em seguida, Mário passou a trabalhar com a mãe nos serviços de cafeteiro em canoas, trabalho no qual permaneceu até a morte da mãe e a saída dos flutuantes em 1959, quando ele foi embora de Manaus. Vender cafés, sucos, pães, mingaus e outros quitutes em canoas representam uma antiga prática de trabalho da região sintonizada as condições do meio natural em que as águas, como caminhos que andam, possibilitam a estes trabalhadores levarem suas canoas aos consumidores do lugar: moradores das palafitas, passantes das embarcações, freqüentadores das feiras e, a nova e promissora opção, os moradores de flutuantes que só faziam aumentar pelas “estradas” de circulação.

Como todo serviço na beira e sobre as águas, as funções dos chamados *“Vendedores Ambulantes da Baía do Rio Negro”* começava cedo (ANDRADE, 1985: 181-184), segundo Mário, de madrugada no meio do rio, voltando ao nascer do dia para preparar os quitutes no flutuante e iniciar as vendas ambulantes na mesma canoa. Então, escutamos maiores detalhes do cotidiano de serviços lembrados por Mário:

Havia os cafeteiros, chamados cafeteiros, era uma canoa (...) e ali dentro tinha todo o apetrecho para a venda de café e lanche (...) o recurso que se tinha era ir lá no meio do rio Negro, aí fora, de manhã muito cedo pra preparar todo o alimento que seria vendido com a água limpa, então a gente ia lá fora pegava essa água, preparava o que podia preparar lá, e as 6:00 horas a gente já tava votando de lá é pra começar o trabalho aqui na venda de café, na venda do suco de maracujá, suco de laranja, etc.

Um dos fregueses dos cafeteiros de canoas era Vivaldo Correa, de manhã, ele não perdia a oportunidade de chamar o *“cafeteiro que vendia café numa canoa, dali tinha o nescau, tinha o leite”* e, à noite, depois do jantar, Vivaldo e a mãe se fartavam na canoa do *“mungunzaseiro, vendendo mungunzá na canoa, mungunzá”* que não demorava a passar e *“tudo que você quer, tinha ali a bordo daquela canoa, tudo feichadinho; só dava o sinal ele aportava à canoa né toda fechada, então tudo vinha lá mesmo”*.

Edneia Cortezão também recupera a profissão dos vendedores de canoas, dos quais, especialmente dos mingauseiros, ela também era uma freguesa fiel. Atendendo aos gritos do pai estes trabalhadores aportavam no flutuante da família, quando Edneia e as irmãs refestelavam-se com o quitute, cujo sabor, para ela, se tornou único e inesquecível:

Lembro também que vendiam muito mingau, mungunzá, lembra desse mungunzá? [respondo: lembro!] aí o canoeiro passava, aí saiam gritando na água: “MINGAU! MUNGUNZÂ! MINGAU DE MILHO!” aí, isso a gente aí parava, como se fosse esses carrinho di roda, dentro do rio, era na canoa, [comento: vi uma foto] já viu? [respondo: já, só que estavam vendendo pão em uma canoa] a gente comprava tudo aí, comprava pão, mingau, tudo a gente, como fosse esses carrinho que passa só que lá passavo na canoa. Ah! Eu lembro muito que eu gostava muito de mingau, mingau de milho, a isso aí eu sei que eu comprava muito.

Neste mesmo período, por volta de 1955, ainda sobre os efeitos da grande alagação de 1953, outro que apostou no trabalho em flutuantes foi o próprio pai de Edneia, Djalma Cortezão que, recém casado e observando o bom andamento do restaurante flutuante de seu irmão Dionísio em Manaus, deixou as águas do município de Autazes no interior e veio morar e trabalhar com o irmão no flutuante restaurante nos Educandos.

Em seguida, recordou Edneia Cortezão, *“meu pai foi crescendo, até comprar o flutuante dele”*, diferente do irmão que vendia comida, Djalma, talvez não querendo abrir concorrência contra o irmão, preferiu montar um *“mini-comércio”* em que vendia *“produtos de alimento, conservas, é arroz, açúcar”*, a clientela, no entanto, em ambos os flutuantes, era a mesma.

O maior desdobramento da grande enchente de 1953 foi também o boom demográfico e territorial das moradias flutuantes que, nos anos seguintes, foi assumindo conotações de outra cidade, a “cidade flutuante” de Manaus com mais de 2.000 casas e quase 12.000 moradores as vésperas de sua destruição em 1967.

Mulheres em serviços: lavadeiras, vendedoras e “coisas que eu não posso citar o nome”

Ao passo que Vivaldo, Sebastião, Mário, Djalma e Dionísio, vivenciaram o início de expansão da “cidade flutuante” na década de 50, outros entrevistados, quando ali foram morar e trabalhar na década de 60, a “cidade flutuante” já tinha se diferenciado do punhado de casas que a caracterizou em seu início na década de 20 e 30, assumindo as formas e as dimensões de um fenômeno urbano e social, território de moradias e serviços.

Entre os nossos entrevistados, a primeira a chegar nesta outra fase da “cidade flutuante” foi Francisca Malta, indo em 1958 morar sobre o rio Negro na frente da cidade. Ela acabara de deixar o marido, procurando abrigo no flutuante da amiga “Nega” onde todo mundo trabalhava; “Nega” e o marido tinham que sustentar suas duas filhas, ela, lembrou Francisca, trabalhava no Café Pavilhão Oriental do senhor Lúcio, perto da feira, ao lado do

Mercado Central e o marido, como tantos homens, *“fazia viagem em barco, embarcação”*. Portanto, Francisca precisava fazer alguma coisa, Socorro logo iria nascer e não ficaria bem “abusar” da hospitalidade da amiga.

“Nega” falou com Lúcio, pedindo a este para arrumar um serviço para Francisca Malta no “Pavilhão Oriental”, onde Francisca trabalhou por quase um ano fazendo faxina, lavando louças e servindo a freguesia, formada principalmente por atravessadores, carregadores, marítimos, feirantes, vendedores, lavradores ribeirinhos. *“a gente trabalhava assim cedo pela parte da manhã a gente fazia faxina”* e em seguida preparava-se para a chegada dos clientes, *“servia nas mesas o café”* e *“quando era uma hora, tinha folga”*. Mas a questão foi que Francisca não ia ou, como me disse, *“não queria ir pra casa”*, trabalhava o dia todo no café do Lúcio, retornando para casa apenas ao cair do dia.

Suada poupança que Francisca foi confiando, depositando nas mãos de seu patrão, *“eu disse pra ele [Lúcio] que quando eu precisasse, eu ia pegar o dinheiro”* e, para começar a criar sua filha, prestes a nascer, Francisca logo precisaria mesmo de suas suadas economias. Socorro nasceu, mas, estranhamente, o dinheiro continuou nas mãos de Lúcio e, para meu grande espanto, Francisca confessou, um tanto sem jeito, que simplesmente esqueceu-se da suada poupança: *“a senhora esqueceu?!”,* não pude conter o assombro.

Segundo Francisca, Socorro chorava demais e a babá, moradora também em um flutuante nas redondezas e que Francisca contratou para ficar com a filha, enquanto ela trabalhava no café, agüentou a choradeira estridente de Socorro apenas por duas semanas, o que dizer então da família de “Nega”, tendo que escutar dia e noite os berros de Socorro!

Foi quando Francisca providenciou a mudança da casa de Nega. Falou com seu Messias, *“um senhor que fazia lá os flutuantes”*, um carpinteiro também morador e trabalhador da “cidade flutuante”, vivendo das construções de casas que lhe encomendavam. Logo o flutuante de Francisca ficou pronto era próximo ao da amiga “Nega” e nem quando do pagamento dos serviços de seu Messias, Francisca se lembrou das economias deixadas nas mãos de Lúcio.

Os choros da filha deviam agoniar e desesperar Francisca, mãe de “primeira viagem” que, por isto, não conseguia mais fazer direito seus serviços no café. A certa altura, quando conversava com a vizinha Luiza, lamentando sua situação, tomou uma decisão: *“eu não vou mais trabalhar, vou cuidar da minha filha”*, Luiza, por sua vez, a aconselhou: *“porque tu não volta com teu marido?”*, mas Francisca se mantinha firme na decisão de não perdoar a traição de Elias, pelo menos por enquanto, *“não vou não”* e, respondendo a vizinha,

encontrou a saída: *“sabe que eu vou fazer? Eu vou lavar roupa pra fora”*, uma das duas alternativas de serviços, como contou Vivaldo Correa, para as mulheres.

Desta forma, Francisca trabalhando no próprio flutuante podia ao mesmo tempo cuidar da filha recém nascida. As encomendas logo apareceram *“eu peguei inté uma roupa assim, lavava por peça”* para uns rapazes que moravam em uma espécie de república próxima a Igreja dos Remédios. Os jovens clientes, segundo Francisca, viviam viajando e *“pagavam bem, não se importavam”* com os valores pedidos e ainda iam deixar e buscar as roupas no flutuante de Francisca, *“só queria que fosse bem passado e bem lavado, é isso eles exigiam muito né e era assim que era a vida”*, com algum dinheiro entrando e mais a ajuda de “Nega” que ao passar pelo Mercado sempre trazia algumas coisas para Francisca, ela não sentiu falta dos 8 mil cruzeiros deixados com Lúcio, *“eu sei lá que foi que passou na minha cabeça”*, Francisca parecia já desistir de entender os motivos do esquecimento.

Apenas em nosso último encontro ela conseguiu explicar porque esquecera suas economias. Além da ajuda de Nega, no tempo em que trabalhou no café ganhava muita gorjeta, especialmente dos tais *“gringos”*, concluindo, finalmente, que *“foi por isso que eu não me lembrei do bendito dinheiro (...) porque eles dando gorjeta aí você, pronto, acabou esquecendo do dinheiro”*. Ela só lembraria destas economias quando, já morando no bairro da Raíz a partir de 1966, mexendo em uma antiga caixa de documentos, encontrou a Carteira da Saúde exigida para a obtenção dos trabalhos na cidade, já tinham se passado quase sete anos.

Certa tarde, Francisca passava as roupas, estava sozinha em casa, Socorro, que já não era a filha *“muito chorona”* de antes, adormecera, ela escutou alguém batendo na porta, era Elias Malta o marido de quem há mais de um ano fugira. Ele pedia, suplicava a volta da esposa que não resistiu reatando o casamento.

Será que ela cedeu apenas às lamúrias de um homem ancião que se dizia muito doente ou também sentia falta do companheiro? Ou talvez ainda, o principal motivo não fosse tão nobre assim. A vida de Francisca, mesmo com as lavagens de roupas e a ajuda de “Nega” estava muito difícil, *“foi quando eu senti o peso da arrumação”*, reconheceu Francisca Malta, de estar criando sozinha uma filha pequena, cujas vontades e necessidades só aumentavam.

Compaixão, amor ou conveniência, voltar para a segurança (ou pelo menos para algo menos incerto) do casamento deve ter tido um considerável peso também na decisão de Francisca Malta, algo que ela, quase em tons de confissão, reconheceu apenas ao fim de nossa quarta entrevista, *“acho que foi por isso mais que nós voltamos, porque eu”*, ela

interrompeu as palavras, ficou pensativa por uns instantes e, em seguida, soltou uma súbita gargalhada como se realmente tivesse redescoberto o grande motivo do perdão para a infidelidade do marido.

Alguna “feminista” mais radical poderia criticar a decisão de Francisca de voltar para Elias, ainda mais por conta de necessidades econômicas. Porém, não podemos esquecer que, anteriormente, foi Francisca quem “ousou”, mesmo estando grávida, deixar o esposo e sua boa casa na rua Ramos Ferreira não se conformando com a traição de Elias.

Ela conseguiu permanecer escondida por mais de um ano na “cidade flutuante”, morando primeiro no flutuante da “Nega” no centro da cidade, em seguida ergueu seu próprio flutuante. Mesmo sem nunca ter trabalhado antes, arregaçou as mangas no café do Lúcio, teve sua filha, trabalhou como lavadeira, sem contar que foi Elias quem a procurou pedindo ajuda e não o contrário.

Creio que por tudo isto nossa entrevistada tenha se saído muito bem nessa “*arrumação*” de ter “fugido” (aliás, pela segunda vez, o seu casamento já tinha sido resultado de uma fuga) trabalhar fora, ser mãe solteira, erguer sua casa e, por fim, decidir aceitar o marido de volta. Elias, além do mais, também tinha responsabilidades com Francisca, com a filha, que acabara de conhecer, e com Carlos, o próximo filho.

Outra entrevistada, Creuza de Andrade, que chegou às águas do rio Negro no início de 1962, também trabalhou em um comércio. Tratava-se, porém, de um restaurante flutuante próximo a sua casa de propriedade de uma “*senhora já de idade*” na época, por nome Ana e, por isso, Creuza acredita já ser “*finada*”.

Diferente do Café Pavilhão Oriental em que trabalhava Francisca Malta, no restaurante de Ana os serviços aumentavam perto da hora de almoço quando Creuza, além de preparar o peixe frito, o arroz e a sopa, ainda servia no salão e lavava os pratos, “*tudo que é necessário fazer num restaurante*”, acrescentou.

Para preparar as comidas Creuza acordava cedo, ia para o restaurante, distante de sua casa apenas uma “*ponte-rua*” e junto com Ana e seu esposo recebiam os peixes, verduras e farinhas oferecidas pelos ribeirinhos que, por esta hora, também estavam chegando à praia do Mercado Central. Depois do frenesi do almoço Creuza ainda ajudava na limpeza do restaurante, retornando para casa quase no final da tarde.

E a agitação no restaurante flutuante de Ana era grande, como lembrou Creuza de Andrade: “*ia carregador, ia vendedor (...) nossa! Era tanta gente, muita gente (...) trabalhador ali por perto.*” atravessadores, catraieiros, marítimos, estivadores da Harbour, feirantes e consumidores do Mercado.

A concorrência crescia também na mesma proporção. Além dos restaurantes, cafés e tabernas na beira como o Pavilhão Oriental onde trabalhava Francisca Malta, tinham vários outros restaurantes e bares na “cidade flutuante”, tal como nos sinaliza as exclamações de Creuza de Andrade a minha pergunta: *“na cidade flutuante, tinham outros restaurantes como o que a senhora trabalhava?”*, ao qual ela respondeu com seu jeito e linguajar particular: *“Mo Deus! Mano, olha tinha comércio, tinha restaurante, tinha café, tudo que você pensar, tinha merendeiro, tinha mingau, tinha tudo que você pensasse ali”*.

Diferente do que sustentou Vivaldo Correa, afirmando que para as mulheres, naquele tempo, as opções de serviços eram quebrar castanha ou lavar roupa, na história de vida de Francisca Malta e Creuza de Andrade pudemos encontrar também outros trabalhos realizados por mulheres na “cidade flutuante”.

É verdade que Francisca foi lavadeira, mas só depois de não poder mais trabalhar no café de Lúcio; Creuza também lavou roupa, mas como parte dos seus muitos afazeres domésticos nas três casas de família onde trabalhou tão logo *“reimigrou”* para Manaus em 1958 ou 59, portanto, antes de chegar na “cidade flutuante” e não podemos esquecer as *“mocinhas”* que faziam os serviços de babá ou, como mencionou Francisca Malta, trabalho de *“reparar”* os filhos pequenos enquanto as mães não estavam em casa, tal como tentou a própria Francisca, sem grande sucesso, com a *“chorona”* Socorro.

Creuza afirmou que *“tinha babá, tinha muita empregada”* doméstica que morava e trabalhava na “cidade flutuante”, sendo estes serviços destinados apenas *“as pessoas que tinha dinheiro é que contratava”*, como os principais comerciantes do lugar.

No entanto, Francisca Malta, frente as suas necessidades, mesmo não sendo deste segmento social, contratou uma babá para *“reparar”* a filha e, ainda, no comércio flutuante de Djalma Cortezão nos Educandos, como contou sua filha Edneia além das *“duas empregadas que o meu pai trouxe do interior”*, para trabalhar nos afazeres domésticos; ajudando no comércio de Djalma, ainda tinha um empregado, um *“rapazinho”*, morador num flutuante vizinho ao do patrão, o mesmo que salvou Edneia de morrer afogada.

É preciso pensar ainda os serviços destas babás, empregadas e ajudantes dentro de um contexto cultural no qual, como mostrou a trajetória de Creuza, era e continua sendo comum. Famílias de alguma posse em Manaus trazem do interior cunhantãs, moçoilas e meninos, geralmente órfãos, para trabalharem nas suas casas em troca de comida, abrigo e alguns agrados.

Este devia ser o caso das duas empregadas trazidas do interior pelo pai de Edneia; a própria Creuza havia perdido a mãe quando veio, em 1959, para Manaus trabalhar na casa

de parentes de seu antigo patrão de Vila de Pedra, município de Barreirinha, interior do Estado. Não precisava ter grandes somas para obter estes serviços, as moedas de troca como casa e comida eram suficientes e ambos tanto Francisca Malta como Djalma Cortesão possuíam.

À época da “cidade flutuante”, no entanto, Creuza trabalhou basicamente no restaurante flutuante de Ana, ela não quis mais saber de trabalhar em casa de família, seja na cidade em terra, seja na “cidade flutuante”. Ainda que no restaurante fizesse serviços domésticos como cozinhar, lavar e limpar, isto, para ela, em nada lembrava os tempos de “*escravidão em casa de patroa*” dos quais nos contou; para a primeira de suas “sinhas” da cidade, inclusive, ela quase perdeu as mãos.

A relação no restaurante flutuante de Ana era diferente, com horários previamente combinados, vencimentos pagos, horário de almoço e uma rotina de serviços que, para Creuza, não lembrava em nada as longas jornadas nas casas de família lhe rendendo apenas comida, casa e várias humilhações.

Creuza nunca mais trabalhou como empregada doméstica, mesmo depois de sair da “cidade flutuante” trabalhou por quatro anos como “*prestamista*” no Nacional Futebol Clube e hoje, de vez em quando, volta a vender comida em um centro de consumo perto de sua casa no bairro da Cidade Nova.

Em meio às narrativas que Creuza fazia sobre os seus serviços, pudemos conhecer Ana, sua patroa, em uma função incomum para uma mulher: dona de um comércio na “cidade flutuante”, pelo menos é isto que apontam tanto as pesquisas de Serra e Cruz, como os longos levantamentos de Mathias Lenz nas quais as profissões das mulheres aparecem ora por intermédio de insólitas classificações como “*Domésticas não remuneradas*” e “*Prendas domésticas*” (SERRA e CRUZ, 1964: 47), ora apenas como lavadeiras e balconistas dos cafés e restaurantes flutuantes (LENZ *et. al.*, 1966: 50) como era o caso da entrevistada Creuza de Andrade.

Lembrando destas leituras, ainda perguntei a Creuza pelo marido de Ana que ela havia antes mencionado, mas Creuza foi categórica, Ana “*não tinha o nome dele*”, mantinham uma relação de concubinato, costumeira entre os segmentos populares da sociedade. Creuza sabia muito bem disso, a relação com Luiz, “*pai dos meus filhos*”, era baseado nesta forma de casamento; por tudo isso, Creuza reafirmou a posse do restaurante por parte de sua patroa Ana: “*era dela, era dela mesmo, ele só vivia com ela, mas não era dele, era dela*”.

Creuza conseguiu o emprego com Ana por meio de uma antiga convivência mantida desde o tempo em que Ana tinha um pequeno restaurante em terra ao lado do Mercado, “... eu já me dava com a dona do restaurante, só que antes dela ser dona de restaurante, ela tinha outro pequeno lá no lado do Mercado” em fins da década de cinquenta. Foi quando Ana percebeu as melhores oportunidades de vendas oferecidas nos flutuantes estacionados nas estratégicas águas ali perto.

Creuza não sabe “como foi à transação dela”, só lembra que Ana “comprou um restaurante maior em flutuante, porque lá tava melhor”, era estratégico tanto para as vendas de comidas e bebidas, como para a obtenção dos comestíveis necessários ao restaurante trazidos pelos lavradores interioranos, além do que, por esta altura, aportar na praia do Mercado, devido ao congestionamento de flutuantes, era algo já quase impossível.

Além da clientela dos tempos do restaurante em terra, explicou Creuza, “você sabe que na cidade flutuante eram vários que trabalhava, mas as pessoas tem o seu local de preferência, onde gosta de comer né”, somaram-se ainda os passantes e viajantes das embarcações e os próprios canoieiros agricultores que, depois de vender seus comestíveis a Ana, ficavam ou voltavam ali para almoçar o peixe frito e o arroz preparados por Creuza.

Entre os “vários que trabalhava” na “cidade flutuante” mencionados por Creuza: comerciantes, carregadores, vendedores, atravessadores, um em especial ela nunca pronunciou, “Negócio de mulher (...) não posso citar o nome, o senhor sabe o que é!”.

Realmente, a partir de informações levantadas anteriormente sabia se tratar da delicada questão da prostituição, prática tradicionalmente experimentada nos arredores portuários de qualquer cidade e, neste sentido, também presente nos espaços *flutuantinos* situados entre o Porto da *Harbour* e o Porto de Catraias do bairro dos Educandos (PINHEIRO, 1999: 71).

Todavia, o que me chamou a atenção na fala de Creuza foi o sentido do “indizível” com o qual ela expressou o assunto, significados que, alimentados também por silêncios, censuras e reticências, pude notar ainda na narrativa de outras entrevistadas.

Francisca Pereira da Silva, nesta altura da conversa, reservou-se ao completo silêncio, deixando a fala ao filho. Francisca Malta, depois de alguns “é”, deixou claro que não queria lembrar e falar sobre o tema. Para estas mulheres, conversar comigo, homem e quase desconhecido, sobre este assunto, além de um tanto embaraçoso poderia significar lembranças relacionadas às infidelidades conjugais, as quais todas elas narraram.

O casamento “oficial” de Creuza, por exemplo, em Vila de Pedra, mal completara três meses quando seu marido veio para Manaus e “arranjou uma mulher”, abandonando

Creuza. Já Luiz, o *“pai dos meus filhos”*, teve como amante outra empregada do mesmo restaurante flutuante onde Creuza trabalhou e quando da breve separação, ela só aceitou a reconciliação depois de impor uma condição *“você vai acabar com toda senvergonice”*.

Se para as mulheres a prostituição assumiu fortes significados de tabu, entre os homens com quem conversei, pelo contrário, foi sempre retomado de forma natural, etapas da vida cujas narrativas procuram reafirmar identidades não apenas as de natureza masculina como a própria condição de cidade dos flutuantes que, como sustentaram alguns, possuía de tudo, *“tinha até meretrício”*, destacou JM e Mário dos Santos, logo sublinhou *“todo o tipo de atividade que tinha em terra, também tinha na cidade flutuante”*.

Mesmo os mais jovens a época como João Bosco Chamma e Francisco Pereira não se furtaram aos comentários. Uma das primeiras coisas que João lembrou foram as *“casas de prostituição”* que estavam no seu caminho entre a beira e os flutuantes no meio do rio onde ia pescar. Francisco, melindrado pela presença da mãe na sala, apenas comentou *“tinha muitas prostitutas nos flutuantes sim”*; logo em seguida sua mãe subitamente tomou a palavra mudando radicalmente o assunto, começando a contar sobre um terremoto acontecido na cidade por volta de 1966, ao qual Francisco acompanhou de imediato.

Segundo Maria Luiza Pinheiro, o *“comércio do corpo”* em Manaus só fez aumentar com a crise da borracha acentuada desde o fim da Primeira Guerra (PINHEIRO, 1999: 72). Representando uma dramática saída para esposas abandonadas e viúvas, cujas responsabilidades com uma prole numerosa muitas vezes as empurravam para a vida no meretrício nos arredores da zona portuária e nos subúrbios da cidade de Manaus.

Mercado também sempre realimentado por meninas interioranas que iam para a capital à procura de serviços, como as lembradas pelo entrevistado Vivaldo Correa *“as filhas ficava moça, 13, 14, 15, 16 anos vinha atrás de emprego”* e algumas, seguiu contando Vivaldo, até arrumavam um *“empregozinho”* como lavadeiras e/ou na fábrica de castanhas, *“quando num se prostituía né, num se jogasse, se metia na prostituição”* concluiu.

Longe de se jogar ou se meter na prostituição estas moças lembradas por Vivaldo eram, na maioria das vezes, caboclas e cunhantãs órfãs, algumas tuteladas e outras trazidas para trabalharem em casas de família na capital, e, depois das primeiras violências, humilhações e abandonos poderiam ser impelidas a negociar seus jovens corpos pelos territórios mais promissores de Manaus, entre os quais foram se tornando bastante sedutor os espaços da *“cidade flutuante”*.

Como lembrou Mário dos Santos, se até por volta de 1959 (quando foi embora de Manaus) as prostitutas apenas trabalhavam na *“cidade flutuante”*, contratadas pelos donos

dos muitos bares existentes sobre as águas ou atraídas pelo movimento de potenciais clientes nestes lugares, com o passar do tempo, a exemplo de outros trabalhadores que procuravam morar próximo aos seus locais de serviços, várias prostitutas também foram fixando residência na “cidade flutuante”.

O compasso deste processo percebe-se em meio às lembranças narradas por Mário:

as vezes elas moravam em terra e trabalhavam, eram contratadas para trabalhar nos flutuantes e quando isso foi se consolidando elas passavam a morar nos próprios flutuantes; [eram] contratadas se fosse bonitinha, caboquinha bonita, essas coisas, atraente, então ela era chamada de noite pra... ir pra lá. Então algumas passaram a morar mesmo, por lá mesmo.

Se na Manaus em terra era mais comum as prostitutas morarem nos arrabaldes distantes do Centro aonde iam apenas para trabalhar nas ruas próximas ao Porto, na “cidade flutuante”, pelo contrário, elas habitavam justamente as áreas mais centrais da “cidade”, ou seja, os espaços junto a beira em proximidade com os demais moradores, pouco observada nas ruas, vielas e becos do perímetro central de Manaus.

Francisco Pereira, morador, a partir de 1963, em uma vila de quartos na “cidade flutuante” contou que entre seus vizinhos estavam as muitas prostitutas narradas acima, *“morava junto, nós morava aqui, as prostitutas moravam desse lado”*, em frente de sua rua, provavelmente nas muitas *“estâncias flutuantes”* levantadas por Serra e Cruz, *“verdadeiros prostíbulos de mais ou menos 6 metros quadrados”*, destinados, segundo os autores, exclusivamente para a este fim (SERRA e CRUZ, 1964: 38).

A família de Francisca da Silva, entre os entrevistados, foram os últimos a chegar na “cidade flutuante”. Dona Francisca, de agricultora nas várzeas de Coari no rio Copeá e na fracassada empresa agrícola no rio Tarumã em Manaus, nas águas do Centro, no rio Negro, como as suas vizinhas, também abraçou os serviços de lavadeira.

Os trabalhos, começou a contar Francisca, eram no próprio flutuante, ali lavava com a água do rio, secava, *“a gente tinha corda, metia um pregador”*, engomava os muitos paletós *“tinha [que] botar goma, tudinho, fica bem durinho”*, para só em seguida, passar todas as roupas com um pesado ferro alimentado por carvão em brasa.

“tudo nós lá, que morava no flutuante” vivia das lavagens de roupa, afirmou Francisca, porém, ela deveria ser uma das mais zelosas em seus afazeres, tanto que, por quase 10 anos, teve como freguês uma das famílias mais importantes da cidade, a Miranda

Correa, cujo “*seu doutor Deoclécio*” era dono da Cervejaria e Fábrica de Gelo Miranda Correa, localizada no igarapé de São Raimundo.

Ao contrário de Francisca Malta e Creuza de Andrade, Francisca da Silva nunca mencionou dinheiro como forma de pagamento de seus serviços junto aos Miranda Correa, a forma de pagamento de suas lavagens, representava uma continuidade das relações de trocas que ela mantinha com os regatões em seus interiores de origem.

Francisca da Silva, diferente de Francisca Malta que preferia receber por peças de roupa, recebia semanalmente e era justamente nas sextas ou sábados, como narrou Francisca da Silva, que a esposa de Dioclécio Correa mandava chamá-la para acordar os serviços, “*ela dava rancho [cesta básica] pra mim*”, ao que acrescenta Francisco da Silva, “*dava brinquedo pra nós (...) nosso patrão mesmo que a mamãe lavava roupa pra ele*” e, concluindo Francisca, “*tudo eles dava pra nós*”.

A princípio, a ternura com o qual mãe e filho lembraram os padrões pode suscitar uma ingenuidade de ambos frente as enganações dos moradores abastados da cidade. No entanto, não esqueçamos que desde as várzeas de Coari Francisca sabia muito bem as coisas que necessitava nas trocas; o rancho que recebia da esposa de Deoclécio, provavelmente formado por enlatados, arroz, farinha e feijão garantiam a alimentação dela e dos outros quatro filhos, sem contar que dinheiro como moeda de troca, mesmo na principal cidade do Estado, era algo mais comum nas grandes transações comerciais.

A ternura era mais uma gratidão que Francisca e Francisco tinham para com Deoclécio que, com a sua influência na cidade, conseguiu anos depois do fim da “cidade flutuante” aposentar Francisca por invalidez; suas mãos não agüentavam mais lavar roupas. Francisco lembra bem deste difícil momento: “*ela foi acidentada, aí não podia trabalhar, aí mesmo não podia lavar roupa porque aí ficava aquele chibé na mão dela*”.¹⁰

De qualquer forma, dinheiro era necessário para Francisca, especialmente para pagar o aluguel a Cristóvão e este vinha de outras lavagens de Francisca e ainda dos serviços de Francisco e Otávio na feira do peixe do Mercado Público, local onde, às cinco horas da manhã, os dois iam vender sacos para os compradores de peixe “*parece que era 800 e poucos cruzeiros*” que custava cada um dos sacos, “*taqui um saquinho pra você levar seu peixe*” era a tática de convencimento dos irmãos junto aos consumidores.

¹⁰ O chibé com o qual a mão de Francisca ficou parecida devia ser uma conseqüência da sensibilidade da pele de suas mãos aos esforços das lavagens e, especialmente, aos produtos químicos rotineiramente usados, levando a perda de pele e ao aspecto aguado das mãos, tal como um chibé, uma espécie de caldo que os amazônicos fazem a base de farinha e água.

Outra área de venda de Francisco e Otávio no Mercado era os “*cercados*” dos bichos de casco: tartaruga, iaça, tracajá e outros. Lá não eram os sacos propriamente que eles vendiam, mas o carregamento dos animais comprados pelos consumidores, “*a gente carregava pra ir lá pro carro dele, levava pro carro dele, era o nosso serviço, pagava a gente, a gente levava pra mamãe*”, que juntava os trocados em algum lugar “secreto” do flutuante; o final de semana se aproximava e o aluguel de Cristóvão também, “*nós começemo trabalhar, vender aqueles saquinho pra puder sobreviver e paga o nosso aluguel; era tudinho ali, nós não tinha casa*”.

A época em que a família chegou na “cidade flutuante”, 1963/1964, ela já tinha se transformado em alvo de reportagem de vários veículos de imprensa e também atração turística nacional e internacional, mas, para Francisco e tantos outros moradores do lugar, muitos dos “*gringos*” que freqüentavam o Café Pavilhão Oriental em que trabalhava Francisca Malta representavam também fonte de rendas.

Podia ser um serviço ocasional ao sabor dos navios que chegavam a Manaus e que antes de atracar nas docas da “*Harbour*” davam uma “parada” para os turistas contemplarem a “cidade flutuante”. Momento não apenas para vender e trocar objetos da floresta pelas quinquilharias urbanas, mas também para transportar os forasteiros e suas compras dos navios para a “cidade flutuante” e desta para Manaus.

Francisco da Silva, nestas ocasiões, se associava a um catraieiro que conhecera no Mercado e juntos faziam este trânsito, “*vinha tudo di canoa (...) nesses navios, principalmente quando era aqueles navios grande (...) fazia transporte pra eles da feira, era assim, catraia que chamavam*”.

Conclusão: culturas em conflito

A profusão de serviços e profissões existentes na “cidade flutuante” e na Manaus como um todo dependia de uma vigorosa economia extrativa, cujos costumes próprios: horários, sazonalidades, produções, transportes e autonomia sobre a produção, seguiam o regime dos rios e a sazonalidade do tempo e, por isso, também subjetivavam o trabalhador local que assim mostrava-se avesso ao regime do capital industrial que a Zona Franca de Manaus, a partir de 1967, começou a implementar na cidade.

Nestes termos, um choque de culturas em consequência de tempos e regras antagônicos se mostrou inevitável. Nos comentários de Serra e Cruz, sobre o trabalho na “cidade flutuante”, destaca-se “*a classe dos chamados improditivos*”: atravessadores,

comerciários, agricultores, vendedores ambulantes, cafeiteiros, peixeiros, lavadeiras, “*indústria extrativa vegetal*”, profissões envolvidas em uma economia extrativista, mediada pelo regime das águas, concluindo os autores em 1964 que “... se torna imprescindível uma pronta e eficiente atitude por parte dos governos” (SERRA e CRUZ, 1964: 46-47 e 52).

Atitude que começou a ser providenciada culminando, três anos depois, no fim da “cidade flutuante” e na oferta de novos postos de serviços gerados pela Zona Franca, cujas disputas não cessaram, mas mudaram drasticamente de natureza.

Fontes

Entrevistas:

Creuza Rodrigues de Andrade, em 15 Mar e 12 Set. 2008; 09 Dez. 2009.

Edneia Roque Cortezão, em 18 Fev. 2008.

Francisca da Silva Malta, em 25 Jan. e 15 Mar. 2006; 06 Mar. e 25 Set. 2008; 21 Nov. 2009.

Francisca Pereira da Silva, em 15 Jan. e 23 Set. 2008.

Francisco Pereira da Silva, em 15 Jan. e 23 Set. 2008.

João Bosco Chamma, em 28 Jul. 2005.

João Cesário da Silva, em 17 Jun. 2005; 27 Set. 2008 e 29 Nov. 2009.

J.M., em 03 Ago. 2005; 18 Out. 2008 e 19 Nov. 2009.

Mario dos Santos, em 17 Jun. 2005

Renato Chamma, em 03 Ago. 2005; 06 Mar. 2008 e 19 Nov. 2009.

Sebastião de Souza Garcia, em 12 Fev. 2006; 26 Jan., 06 Mar. e 18 Out. 2008 e 20 Nov. 2009.

Vivaldo Correa Lima, em 25 Jan. 2006; 06 Mar. e 01 Out. 2008; 21 Nov. 2009.

Impressos: (Jornais de Manaus):

Jornal do Comércio. Manaus, 1919 e 1929.

O Jornal. Manaus, 1946.

A Crítica. Manaus, 1953.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Moacir. *Manaus: ruas, fachadas e varandas*. Manaus: Humberto Calderaro, 1985.

DIAS, Ednea Mascarenhas. *A ilusão do Fausto: Manaus, 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999.

LENZ, Matias Martinho *et al.* Os flutuantes de Manaus. *Estudos Específicos*. Manaus: Governo do Estado, nº 13, 2ª ed., p. 01-112, Junho de 1966.

MACIEL, Laura Antunes *et al.* *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)*. Manaus: Edua, 1999.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*. Rio de Janeiro: UFF, v.1, nº 2, p. 59-72, 1996.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*. São Paulo: EDUC, nº15, p. 13-33, 1997.

SERRA, Celso Luis Rocha e CRUZ, Wilson Rodrigues da. *Aspectos econômicos e sociais da Cidade Flutuante*. Manaus: Gráfica Amazonas, 1964.

SILVA, Moacyr Paixão E. *Sobre uma geografia social da Amazônia*. Manaus: DEIP, 1943.

Recebido em: 20/03/2010

Aprovado em: 28/05/2010